

Renda monetária e patrimônio familiar em assentamentos ambientalmente diferenciados na Amazônia: análise comparativa em Anapu (Pará, Brasil)

Ingresos monetarios y riqueza familiar en asentamientos ambientalmente diferenciados en la Amazonia: un análisis comparativo en Anapu (Pará, Brasil)

Monetary income and family wealth in environmentally differentiated land reform settlements in the Amazon: a comparative analysis in Anapu (Pará, Brazil)

AUTORES

Mara Cristina de Lima Costa*

mara06cris@gmail.com

Roberto Porro**

roberto.porro@embrapa.br

* Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável pelo Instituto de Estudos da Agricultura Familiar da Universidade Federal do Pará (INEAF-UFPA, Brasil).

** Doutor em Antropologia. Pesquisador A da Embrapa Amazônia Oriental, docente permanente do programa de pós-graduação em Agriculturas Amazônicas do Instituto de Estudos da Agricultura Familiar da Universidade Federal do Pará (INEAF-UFPA, Brasil).

RESUMO:

O artigo examina a composição da renda monetária e patrimônio familiar em domicílios situados em 2 modalidades de assentamento de reforma agrária: convencional (PA) e ambientalmente diferenciado (Projeto de Desenvolvimento Sustentável, PDS). O estudo quantitativo incluiu a aplicação de diagnósticos em 2 PAs e 2 PDS localizados em Anapu, PA. Resultados indicam diferenças entre as modalidades de assentamento, em especial, no nível de capitalização e estratégias produtivas. Os PDS apresentaram renda monetária média anual de R\$ 27.807, significativamente inferior à dos PAs (R\$ 47.815). Resultado similar foi verificado para o valor do patrimônio médio familiar: R\$ 363.797 em PAs e R\$ 172.680 em PDS. A falta de investimento do Estado em infraestrutura e apoio produtivo contribui para o abandono de lotes por assentados, situação mais frequente nos PDS, com menor nível de capitalização, corroborando as dificuldades da modalidade para cumprir sua missão de promover o desenvolvimento sustentável.

RESUMEN:

El artículo examina la composición de los ingresos monetarios y el patrimonio familiar de hogares ubicados en 2 tipos de asentamientos de reforma agraria: convencional (PA) y ambientalmente diferenciado (Proyecto de Desarrollo Sostenible, PDS). El estudio cuantitativo se realizó mediante aplicación de diagnósticos en 2 PAs y 2 PDS ubicados en Anapu, estado de Pará. Los resultados indican diferencias entre las dos modalidades de asentamiento, especialmente en los niveles de capitalización y estrategias productivas. Los PDS presentan un promedio anual de ingresos monetarios de R\$ 27.807, significativamente inferior al de los PAs (R\$ 47.815). El resultado es similar para el valor promedio del patrimonio familiar: R\$ 363.797 en PAs y R\$ 172.680 en PDS. La falta de inversión estatal en infraestructura y en ayudas a la producción ha contribuido al abandono de muchas parcelas por parte de sus propietarios, situación más frecuente en los PDS, por su menor nivel de capitalización, corroborando que esta modalidad presenta dificultades para promover el desarrollo sostenible.

ABSTRACT:

This article examines the composition of monetary income and family assets in households located in two types of land reform settlements: conventional (PA) and environmentally differentiated (Sustainable Development Project, PDS). The predominantly quantitative study was based on survey application in 2

PAs and 2 PDS located in Anapu, PA. Results portray differences between settlement modalities, mainly in terms of capitalization and productive strategies. PDS average annual monetary income (R\$ 27,807) was significantly lower than PA's (R\$ 47,815). The result was similar for the average value of family assets: R\$ 363,797 in PAs and R\$ 172,680 in PDS. The lack of State investment in infrastructure and productive support contributed to plot abandonment by settlers, a situation more frequent in PDS, due to the lower level of capitalization, attesting the modality's difficulty to promote sustainable development.

1. Introdução

A questão agrária assumiu posição de destaque no debate nacional nas últimas décadas, apresentando-se como oportunidade concreta para parcela considerável de agricultores familiares e trabalhadores que habitam o meio rural no Brasil (Carvalho *et al.*, 2009). Em sua vasta obra, José de Sousa Martins expõe as contradições inerentes à noção de uma reforma agrária politicamente desenvolvimentista e socialmente conservadora (Martins, 2003, p. 149). Analisando o Estatuto da Terra como instrumento de reforma agrária instalado no regime ditatorial, o autor considera-o como estratégia “para que o governo federal enquadre e administre institucionalmente as reivindicações e os surtos de inquietação camponesa” (Martins, 1981, p. 31). O Plano Nacional de Reforma Agrária, aprovado em 1985 no governo Sarney, apesar de viabilizar desapropriações e assentamentos em situações de tensão social grave como as que resultam da política de ocupação da Amazônia, não encontrou força política, assim como o ocorrido nos governos que se seguiram, para concretizar uma reforma agrária ampla em âmbito nacional (Germani, 2006, p. 141; Martins, 2003, p. 154). Se por um lado a defesa dos direitos dos posseiros na Amazônia referenda a noção de propriedade da terra derivada do trabalho (Garcia Jr., 1983, p. 219; Martins, 2003, pp. 158-159), o movimento social organizado passa a ter na resistência e nas ocupações de terras improdutivas, predominantemente em regiões onde o capital já se territorializou, uma das mais fortes manifestações de resistência dos excluídos da sociedade (Fernandes, 2008).

Em que pese o caráter conservador da política de reforma agrária implementada no Brasil (Girardi & Fernandes, 2008), estudos mostram que a implementação de assentamentos de reforma agrária resulta em transformações na estrutura fundiária, podendo desencadear mudanças socioeconômicas e políticas, ocasionando aumento do poder político e participação social de uma parcela significativa de famílias, antes excluídas (Leite, 1998; Sparovek, 2003; Leite, 2006). Contudo, após a conquista da terra, as famílias assentadas passam a enfrentar inúmeros desafios quanto à organização econômica e social. Gargalos para atingir maior competitividade e gerar o desenvolvimento em seus estabelecimentos incluem deficiente acesso a serviços básicos como educação e saúde, baixa disponibilidade financeira, insuficientes serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater), falta de regulamentação dos processos artesanais de produção de alimentos e dificuldades de acesso ao mercado, entre outros (Souza *et al.*, 2011; De Paula *et al.*, 2014).

Com a criação dos assentamentos de reforma agrária, a vida das famílias assume nova dinâmica. Espaços e redes de sociabilidade são construídos, surgem novas formas de organização, que podem ou não ser continuidade do processo de luta pela terra. Além disso, novas demandas se criam nas negociações com agências de governo para melhoria dos assentamentos, como na busca por crédito e infraestrutura (Leite *et al.*, 2004).

A compreensão da situação econômica dos estabelecimentos rurais e condições de vida dos assentados é de suma importância para promover o desenvolvimento destas famílias, do meio rural e do país (Bergamasco, 1997; Leite, 1998; Sparovek, 2003; Leite *et al.*, 2004). Para Sparovek (2003), o aumento da renda dos beneficiários da reforma agrária pode proporcionar a descentralização e o fortalecimento das economias locais e, conseqüentemente, o aumento da arrecadação tributária. Nesse sentido, a reforma agrária deve necessariamente ser acompanhada de uma política agrícola eficaz, incluindo instrumentos como crédito rural, assistência técnica e garantia de preços. No entanto, estratégias adotadas para a condução dos projetos de assentamento não têm alcançado o êxito desejado, demonstrando a precariedade e inadequação das políticas públicas ali aplicadas, o que aponta para a necessidade de construir novas propostas.

PALAVRAS-CHAVE

Agricultura familiar;
meios de vida;
reforma agrária;
Transamazônica.

PALABRAS CLAVE

Agricultura familiar;
medios de vida;
reforma agraria;
Transamazónica.

KEYWORDS

Smallholders;
livelihoods;
land reform;
Transamazon.

Recibido:
14/05/2020

Aceptado:
05/10/2020

A inserção da pauta ambiental no processo de reforma agrária, principalmente por meio da criação de modalidades de assentamento adequadas ao ambiente florestal, com formas de ocupação da terra que não as parcelares, e outros instrumentos normativos, surgiu como uma dessas propostas. Com a Portaria do Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF) nº 88/99, o Incra passa a criar novas modalidades de assentamentos especiais com a perspectiva de diminuir ações predatórias contra a floresta: Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), e Projeto de Assentamento Florestal (PAF) (Le Tourneau & Bursztyn, 2010, p. 118). Segundo o II PNRA:

Nos novos projetos de assentamento busca-se combinar viabilidade econômica com sustentabilidade ambiental, integração produtiva com desenvolvimento territorial, qualidade e eficiência com massividade. Pretende-se, assim, criar as condições para que o modelo agrícola possa ser alterado, introduzindo-se maior preocupação com a distribuição de renda, a ocupação e o emprego rural, a segurança alimentar e nutricional, o acesso a direitos fundamentais e o meio ambiente (Brasil, 2003, p. 10).

A Portaria MEPF nº 88/99 desestimula a obtenção de florestas para a criação de projetos de assentamento convencionais, cria vários instrumentos legais de planejamento e peças técnicas necessárias para o licenciamento ambiental dos assentamentos, o reconhecimento do território de comunidades tradicionais como assentamento e o reconhecimento destas comunidades como clientes da reforma agrária (Araújo, 2006). Em novembro de 2003, durante a Conferência da Terra, em Brasília, o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA II) é apresentado, inserindo o desenvolvimento sustentável na política agrária.

Dentre as novas modalidades estabelecidas, os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) têm se destacado, em que pesem os questionamentos quanto à sua sustentabilidade ou capacidade de se diferenciarem dos assentamentos convencionais (PAs). Segundo a Portaria nº 477/99 do Incra, o PDS é uma modalidade de assentamento, de interesse sócio-econômico-ambiental, destinado às populações que já desenvolvem ou que se disponham a desenvolver atividades de baixo impacto ambiental, baseado na aptidão da área. Seus fundamentos se baseiam no atendimento às especificidades regionais ao invés de considerar o potencial agrícola da terra; no interesse ecológico, além do social; na valorização da organização social, do trabalho e gestão comunitária; na concessão de uso da terra por determinado período para a exploração individualizada ou condominial, obedecendo à aptidão da área combinada à vocação das famílias de produtores rurais; e no interesse ecológico de recomposição do potencial original da área (Brasil, 2000).

O PDS é uma modalidade de assentamento que associa a agricultura com práticas extrativistas. Por este motivo, resguarda, por meio de um Plano de Uso (PU), restrições para a produção agropecuária na área de uso alternativo (AUA). Nos PDS, cada beneficiário terá direito a utilizar com finalidade agrícola lotes que, via de regra, não ultrapassam 20 ha, utilizando no máximo 3 ha anuais em áreas de floresta para implantar roçados destinados a produzir alimentos, mediante autorização do órgão ambiental. A criação de bovinos, sempre que possível, deve ser atividade apenas complementar.

Nesse contexto, o presente artigo examina a situação econômica de quatro assentamentos rurais, verificando as condições de vida e trabalho dos assentados e os sistemas de produção ali implantados, possibilitando uma análise comparativa entre assentamentos convencionais (PA) e assentamentos ambientalmente diferenciados do tipo PDS. O rendimento monetário obtido nos estabelecimentos e o patrimônio familiar composto pelos bens e ativos que constituem indicadores de riqueza e bem-estar são utilizados para a análise das condições de vida destes domicílios.

Após esta introdução e apresentação dos métodos utilizados e caracterização das famílias, os resultados do diagnóstico socioeconômico serão expostos e discutidos por meio da observação de diferentes atividades agrícolas e pecuárias, práticas de manejo e cultivo, e de como as mesmas interferem na geração de renda e composição do patrimônio, para compreender a fixação das famílias em seus lotes. Os resultados obtidos indicam diferenças quanto a níveis de capitalização e estratégias produtivas entre as duas modalidades de assentamento, corroborando que a modalidade PDS não tem efetivamente contribuído para *promover o desenvolvimento sustentável*.

2. Material e métodos

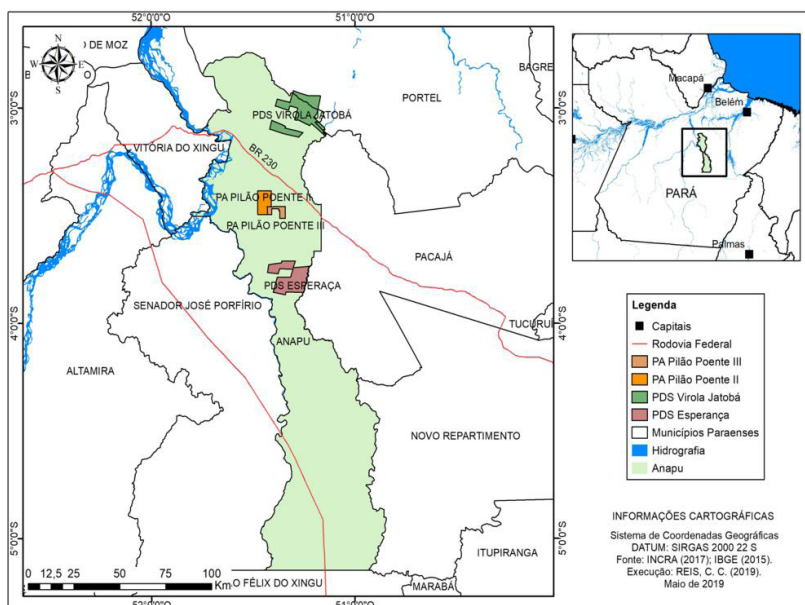
O cenário social delimitado nesta investigação é o município de Anapu, localizado na mesorregião do Sudoeste Paraense e microrregião Altamira, com área de 11.895,5 km² (IBGE, 2015). O município foi criado por meio da Lei Estadual nº 5.929, de 28 de dezembro de 1995, desmembrado dos municípios de Pacajá e Senador José Porfírio. Em 2020, sua população era estimada em 28.607 habitantes. Com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de 0,548 (IBGE, 2010), considerado baixo, Anapu pertence à área de jurisdição da Unidade Avançada (UA) de Altamira do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que, no final de 2019, tornou a fazer parte da Superintendência Regional do Incra de Santarém (SR-30).

Para esta pesquisa, foram selecionadas quatro áreas de reforma agrária no município, sendo dois assentamentos convencionais: PA Pilão Poente II e PA Pilão Poente III; e dois Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS): PDS Esperança e PDS Virola Jatobá (Mapa 1), onde no total são assentadas 1.528 famílias (INCRA/SIPRA, 2017).

A escolha de Anapu se deve ao histórico de conflitos sociais e ambientais desde a ocupação das terras onde hoje o município se situa, na região da Transamazônica, à mobilização e organização dos agricultores na luta pela terra com apoio de organizações sociais locais, em especial a Comissão Pastoral da Terra (CPT), e às negociações destas junto ao poder público para criação de um novo modelo de assentamento de reforma agrária. O município é ainda o único na jurisdição da UA-Altamira onde foi possível identificar casos ativos das duas modalidades de assentamento pesquisadas, em localização factível para realização de pesquisa comparativa, levando em conta semelhanças quanto ao acesso, dimensão, número de assentados e período de criação.

No ano de 2018, a primeira autora aplicou questionários estruturados aos responsáveis pelo estabelecimento, ou seu representante, tomando como período de referência para informações sobre rendimentos o ano agrícola de 2017/2018. Foram aplicados 32 questionários sendo 8 famílias em cada assentamento, selecionadas conforme o tempo de residência, sua situação enquanto assentado e localização do lote. Procurou-se selecionar moradores que já estivessem na Relação de Beneficiários (RB) do Incra ou em processo de reconhecimento de ocupação, com tempo mínimo de 3 anos de moradia. Foram selecionados assentados cujos lotes apresentavam situações diversas em relação à distância ao acesso principal e à sede do município. Para seleção dos estabelecimentos visitados foi utilizada a RB do Incra, assim como depoimentos de lideranças locais.

O questionário incluiu informações para a compreensão da diversidade de unidades de produção familiares: atividades econômicas, fontes de renda e constituição do patrimônio, além de dados demográficos, do uso da terra, consumo e gastos familiares, de acordo com a modalidade de assentamento. Na unidade de produção familiar, o montante de trabalho é determinado pelo potencial da família (com apoio eventual de vizinhos), não sendo obtido, majoritariamente, por troca mercantil.



Mapa 1. Localização dos assentamentos.

Fonte: Incra, 2017; IBGE, 2015. Elaboração: C. Reis.

Assim, suas atividades agrícolas se caracterizam pela produção de bens para a reprodução da força de trabalho familiar e de suas condições de produção (Piccin, 2012, p. 122).

A renda monetária total foi calculada a partir da soma dos valores obtidos da produção agropecuária (culturas anuais e perenes, criação de bovinos e de pequenos animais), e de produtos florestais, com rendimentos obtidos fora do estabelecimento, seja por meio de trabalho externo como diarista, salários, programas sociais e atividade comercial. Para composição da renda bruta monetária agropecuária foi considerada apenas a produção comercializada, por meio de preços médios pagos aos agricultores e por eles informados para o ano agrícola 2017/2018.

O patrimônio familiar resultou da soma dos valores monetários de bens, benfeitorias, máquinas e equipamentos, além do rebanho animal e cultivos permanentes. Por se tratar de assentamentos nos quais não houve a emissão de títulos definitivos, o valor da terra não foi considerado. Os dados foram inseridos em planilhas Excel e analisados no software *Stata 14.0*.

3. Resultados e discussão

3.1. Caracterização das famílias entrevistadas

O número de residentes em cada domicílio varia de 1 a 9. Domicílios com 1 a 3 pessoas perfazem 44% do total, os que contam com 4 a 6 somam 47%, e os que têm entre 7 a 9 residentes alcançam 9%. Predominam casados ou em união estável (84,4%), seguidos de viúvos (6,3%), divorciados (6,3%) e solteiros (3,1%). Embora 21,7% morem sozinhos ou com seus cônjuges, os demais domicílios incluem de 1 a 6 filhos e/ou netos, sendo que 37,5% possuem de 1 a 2, 28,1% de 3 a 4, e 12,5% possuem de 5 a 6 filhos/netos. Dos entrevistados, 36,6% declaram identificação étnica como negro, enquanto os que declaram serem brancos e pardos representam, cada um, 32,2% do total. Com relação à religião, 50% são católicos e 50% evangélicos. Quanto à escolaridade dos 32 entrevistados e seus cônjuges, predominam os que estudaram no máximo até a quarta série (50%). Outros 30% não chegaram ao ensino médio, 19% estão cursando ou concluíram o ensino médio, e apenas uma pessoa possui nível superior.

3.2. Categorias de rendimentos monetários obtidos pelos assentados

Neste estudo definimos rendimento monetário como “a soma dos ingressos em espécie obtidos a partir da venda de produtos agrícolas, pecuários ou extrativos, assim como provenientes do trabalho assalariado ou autônomo, e de serviços prestados, remessas diversas, aposentadorias, pensões, aluguéis, juros e dividendos” (Bergamasco, 1997). Tais ingressos contrastam com o rendimento não monetário, definido como “tudo que é produzido, pescado, caçado, coletado ou recebido em bens utilizados ou consumidos e que, pelo menos na última transação, não tenha passado pelo mercado” (IBGE, 2004).

A Tabela 1 apresenta resultados agregados do valor absoluto e da porcentagem relativa dos 10 grupos de atividades geradoras de renda monetária identificados nos assentamentos, obtido durante o período de referência de 12 meses anteriores à entrevista. As atividades geradoras de maior rendimento foram, pela ordem, criação de bovinos, aposentadoria e cultivos perenes. O resultado menos expressivo foi derivado dos produtos florestais, seguido da criação de pequenos animais.

Tabela 1. Renda monetária total dos entrevistados ano agrícola 2017/2018, por categoria

Fonte de rendimento	Renda total (R\$)	% da renda total
Bovinos	355.040	29,3
Aposentadoria	248.064	20,5
Cultivos perenes	241.560	19,9
Salário de funcionário público	100.608	8,3
Atividade comercial e aluguel de terra	88.344	7,3
Trabalho assalariado como diarista	65.840	5,4
Cultivos anuais	50.495	4,2
Bolsa Família	47.568	3,9
Pequenos animais	7.840	0,6
Produtos florestais	6.600	0,5
Total	1.211.959	
Renda agrícola-florestal	661.535	54,6
Renda não agrícola	550.424	45,4

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

*Notas: Trabalho assalariado como diarista foi incluído como rendimento não agrícola. Valor do salário mínimo em 2018: R\$ 954,00.

Estes resultados permitem observar a diversificação nas atividades geradoras de renda, como apresenta Wanderley (2000), indicando a transformação sofrida pela agricultura e pelos agricultores, cada vez mais multifacetária, trazendo uma multiplicidade de situações e uma diversidade de estratégias, como a polivalência e a pluriatividade, visando integrar atividades fora do estabelecimento, agrícolas ou não, ao núcleo familiar. Para Abramovay (2000) “construir novas situações propícias ao desenvolvimento rural consiste, antes de tudo, em fortalecer o capital social dos territórios, muito mais que em promover o crescimento desta ou daquela atividade econômica” (Abramovay, 2000, p. 17).

Comparando rendimentos provenientes de atividades agrícolas-florestais e atividades não agrícolas, observa-se que, embora a maior parte da renda seja derivada das atividades agrícolas (54,6%), aposentadoria, salário de funcionário público e comércio e aluguel de terra (as duas últimas agrupadas) estão entre as cinco fontes de rendimento mais relevantes, atestando a importância da renda obtida fora do estabelecimento.

3.2.1. Fontes de rendimento na produção agropecuária e florestal

No âmbito da produção agropecuária e florestal observaram-se cinco fontes de renda: cultivos anuais, cultivos perenes (e semi-perenes), criação de bovinos (e produtos derivados), criação de pequenos animais (e produtos derivados) e produção florestal.

A geração de renda por meio da produção agrícola se concentra na comercialização de culturas anuais (milho, arroz, farinha de mandioca), semi-perenes (banana) e perenes (pimenta-do-reino, urucum, açaí, cupuaçu e cacau), sendo que dentre essas se destaca a produção de cacau. Anapu está localizado no polo cacauero da Transamazônica, que concentra 75% da produção do Pará, apresentando a sexta maior produção do estado, responsável por 4,5% do total (IBGE/PAM, 2017).

Nos quatro assentamentos ocorre geração de renda tanto de cultivos anuais como perenes. No entanto, apenas no PDS Virola Jatobá a participação relativa dos cultivos anuais é expressiva na composição da renda familiar. Cultivos perenes têm maior concentração nos PAs e no PDS Esperança, onde aparecem entre as três principais fontes de renda. No PA Pilão Ponte II e PDS Esperança, cultivos perenes, sobretudo o cacauero, representaram a segunda maior fonte de renda.

Assim como no restante do estado, a criação de bovinos aparece com destaque como fonte de rendimento monetário nos assentamentos pesquisados. A atividade é a principal fonte de renda no PA Pilão Poente II e no PDS Esperança, e segunda maior fonte de renda no PA Pilão Poente III. A maior parte desta renda corresponde à venda de bovinos, com valores muito menores provenientes da venda de leite e queijo.

A renda monetária obtida pela criação de pequenos animais e produtos derivados é bastante reduzida (0,6% da renda total), proveniente da venda de aves, suínos, ovos e peixes, sendo que no PDS Esperança a atividade não gerou renda monetária alguma. No entanto, somente uma família entrevistada não criava pequenos animais. Portanto, a atividade em muito colabora com a manutenção da família, embora em termos não monetários, para consumo alimentar.

A comercialização de produtos florestais representou apenas 0,6% do total da renda monetária nos assentamentos, correspondendo à venda de madeira, em forma de estacas, e de açaí. É importante ressaltar a possível omissão de informações, principalmente a respeito da venda de madeira. De fato, diversos entrevistados afirmam que a retirada ilegal de madeira é problema constante nos assentamentos, e que a omissão dessas informações é comum durante pesquisas, por receio de represálias.

O manejo florestal comunitário tem sido uma alternativa de geração de renda e emprego para o PDS Virola Jatobá, inserido em 2008 por meio do Promanejo (Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia), no âmbito do Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais (PP-G7), visando a exploração sustentável dos recursos naturais da região, além do desenvolvimento da organização comunitária e

fortalecimento da gestão participativa. No entanto, a atividade encontrava-se paralisada desde o ano de 2017, por diversos fatores, incluindo invasões, grilagem de terras e ocupação irregular.

3.2.2. Renda não agrícola, obtida fora do estabelecimento rural

Foram seis as categorias de rendimento monetário derivadas de fontes não diretamente vinculadas à produção agropecuária e florestal dos assentados: trabalho assalariado como diarista, assalariamento como funcionário público, aposentadoria rural, benefício do Bolsa Família, atividade comercial e arrendamento de terras.

Apenas uma família entre as entrevistadas não obtém renda externa à produção agrícola, sendo 18 os casos em que o rendimento provém de diárias de trabalho agrícola, 17 de aposentadoria, 15 do programa Bolsa Família, 5 em que algum membro da família trabalha como funcionário público, 3 casos de rendimentos advindos de aluguel de terra e 3 de atividades comerciais. Das famílias entrevistadas, apenas uma não dispõe do trabalho de origem familiar, sendo a mão de obra exclusivamente externa, devido à idade avançada do casal. Nas demais, o trabalho provém da mão de obra familiar, ocorrendo a eventual contratação de diaristas ou realização de mutirão e troca de diárias.

De modo geral, o trabalho assalariado externo representa 14% da renda monetária total dos assentamentos, seja como trabalho assalariado volante (diarista) em outra propriedade agrícola ou como funcionário público em atividade não agrícola. O PDS Virola Jatobá apresentou maior renda obtida fora da propriedade, principalmente por meio de aposentadorias e do trabalho como funcionário público.

A aposentadoria, benefício ou pensão, e o programa Bolsa Família foram fontes de renda externas constantemente observadas, sendo que 17 unidades contam com rendimentos de aposentadoria e 15 são beneficiárias de Bolsa Família. A aposentadoria ou pensão de alguém vinculado à família resulta na principal fonte de renda no PDS Virola Jatobá e PA Pilão Poente III, e é a terceira maior no PDS Esperança e PA Pilão Poente II. Tais resultados corroboram estudos já realizados, indicando que em termos de diversificação da origem dos rendimentos, parece haver certa independência entre “atividades em setores não-agrícolas” (pluriatividade) e “rendas não-agrícolas”, devido, principalmente, ao peso das rendas previdenciárias nos domicílios rurais (Kageyama, 2001).

Dentre as famílias pesquisadas, a geração de renda monetária por meio da atividade comercial e aluguel de terras representa 7,3% do total. O PA Pilão Poente II apresentou maior valor na soma das duas atividades, seguido do Pilão Poente III. O PDS Esperança apresentou renda apenas do aluguel de terras, enquanto o PDS Virola Jatobá apresentou renda apenas de atividade comercial.

A atividade comercial está presente nos assentamentos principalmente devido à distancia dos mesmos às sedes municipais. É mantida com mão de obra familiar, sem contratação externa de serviços. Comércio locais facilitam, portanto, o acesso a itens básicos de consumo, contribuindo para diminuir a busca pelo meio urbano.

3.3. Análise comparativa da composição e valor da renda monetária

A distribuição, para cada assentamento, da renda monetária total, entre renda agrícola-florestal e renda não agrícola, é apresentada na Tabela 2. Verifica-se diferença significativa entre as modalidades, pois a renda total em PA é 71% maior que a em PDS (Tabela 2).

Os resultados mostram que os domicílios do PDS Virola Jatobá apresentam a menor renda média anual agregada total (R\$ 20.522) seguidos do PA Pilão Poente III (R\$ 21.990), PDS Esperança (R\$ 35.342), e PA Pilão Poente II (R\$ 73.640). Para melhor ilustrar estas diferenças, os Gráficos 1.1 a 1.7 apresentam a frequência relativa das 10 categorias de renda anual em cada assentamento, para os subtotais nas modalidades PA e PDS, e para o total das quatro áreas. Já os Gráficos 1.8 e 1.9 apresentam valores absolutos auferidos em cada uma destas unidades de análise.

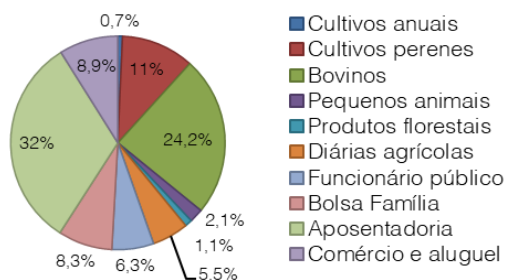
Tabela 2. Estatísticas descritivas de fontes de rendimentos monetários por assentamento (2017-2018)

Área	Categoria	n	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão	Mediana	Soma	%
PA Pilão Poente III	Renda total	8	12.500	35.088	21.990	6.989	20.644	175.922	100
	Renda agrícola-florestal	7	0	17.250	8.611	5.620	7.050	68.890	39,2
	Renda não agrícola	8	5.100	28.688	13.379	7.352	12.404	107.032	60,8
PA Pilão Poente II	Renda total	8	25.808	210.896	73.640	58.940	60.196	589.122	100
	Renda agrícola-florestal	8	1.000	188.000	48.131	60.842	27.255	385.050	65,4
	Renda não agrícola	8	11.448	64.344	25.509	19.214	16.704	204.072	34,6
PDS Esperança	Renda total	8	8.500	90.000	35.342	26.246	27.388	282.737	100
	Renda agrícola-florestal	8	2.625	57.600	20.991	19.958	13.250	167.925	59,4
	Renda não agrícola	7	0	32.400	14.352	12.496	9.234	114.812	40,6
PDS Virola Jatobá	Renda total	8	4.250	48.398	20.522	14.225	20.753	164.178	100
	Renda agrícola-florestal	8	1.680	11.500	4.959	3.673	3.125	39.670	24,2
	Renda não agrícola	8	1.000	42.648	15.564	12.883	14.658	124.508	75,8
Total	Renda total	32	4.250	210.896	37.874	38.357	25.852	1.211.959	100
	Renda agrícola-florestal	31	0	188.000	20.673	35.098	9.775	661.535	54,6
	Renda não agrícola	31	0	64.344	17.201	13.881	13.908	550.424	45,4

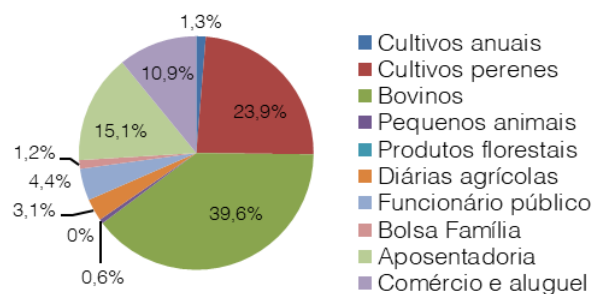
Fonte: Pesquisa de campo, 2018.
*Notas: valor do salário mínimo em 2018: R\$ 954,00.

Gráficos 1.1 a 1.7. Composição relativa da renda monetária dos entrevistados

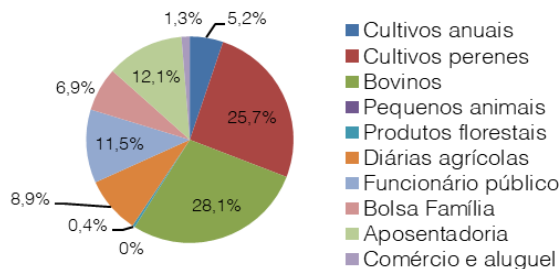
1.1. Fontes de renda: PA Pilão Poente III



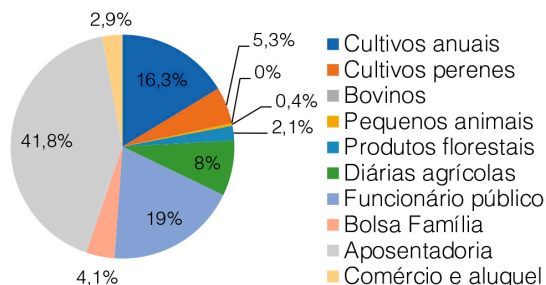
1.2. Fontes de renda: PA Pilão Poente II



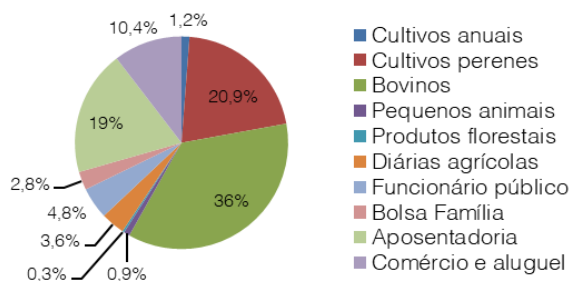
1.3. Fontes de renda: PDS Esperança



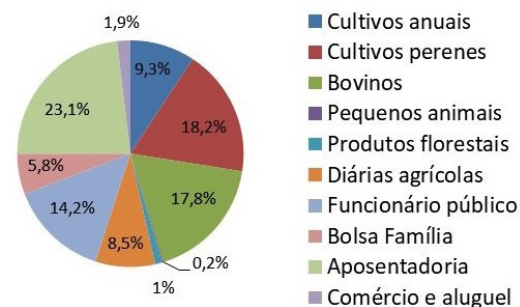
1.4. Fontes de renda: PDS Virola Jatobá



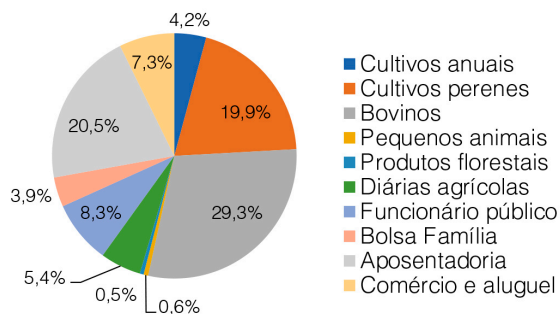
1.5. Fontes de renda: PA



1.6. Fontes de renda: PDS



1.7. Fontes de renda: total geral



Gráficos 1.8 e 1.9. Valores absolutos da renda monetária dos entrevistados

Gráfico 1.8. Renda monetária por assentamento (R\$)

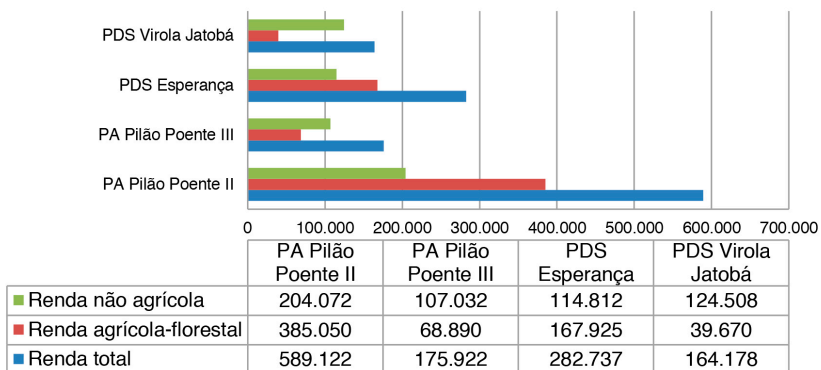
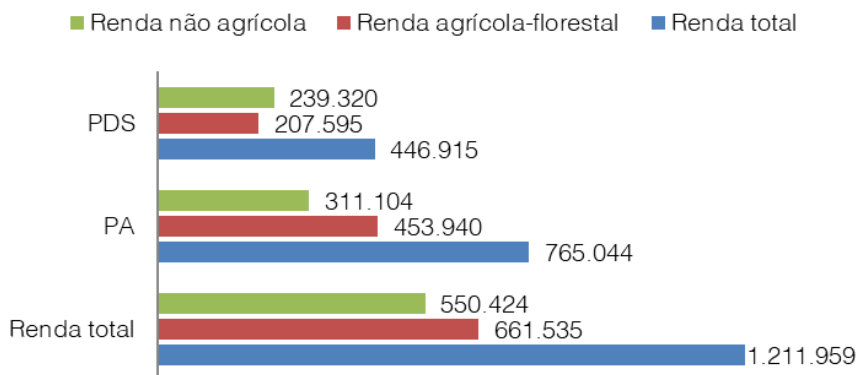


Gráfico 1.9. Renda monetária por modalidade, e geral (R\$)



As famílias no PDS Virola Jatobá e PA Pilão Poente III apresentaram renda não agrícola superior à agrícola. No primeiro, as rendas não agrícolas totalizaram cerca de 76% do total, enquanto no segundo somaram 61%. Para famílias entrevistadas no PDS Esperança, a renda não agrícola alcançou 41% do total, enquanto aquelas no PA Pilão Poente II, embora tenham auferido renda não agrícola mais alta em termos absolutos, esta representou a contribuição relativa mais baixa de rendas não agrícolas (35% do total).

Ao comparar as duas modalidades, os PAs apresentam maior renda monetária absoluta (63%), contrastando com 37% nos PDS. Os dois assentamentos convencionais apresentam renda significativa a partir da criação de bovinos, seguida de cultivos perenes.

O PDS Virola Jatobá apresentou a menor renda monetária das famílias entrevistadas (13,5% do total), sendo a maior parcela desta renda proveniente das atividades não agrícolas (75,8%), com destaque a aposentadorias e salários de funcionários públicos. A agricultura é considerada pelos entrevistados essencial para a subsistência familiar, e a reduzida renda agrícola pode ser explicada pela baixa fertilidade do solo, limitante para o uso agropecuário dos lotes, associada à precária infraestrutura. Identificou-se uma agricultura compreendendo, sobretudo, cultivos anuais, como, mandioca, feijão, milho e arroz, praticados em regime de pousio com técnicas de corte e queima, principalmente destinados ao consumo familiar, mas que apresentam baixo retorno financeiro, o que acaba gerando instabilidade, refletida na constante rotatividade de moradores nos lotes. Vale destacar que, quando indagados sobre a principal atividade provedora de renda, 6 entrevistados citaram atividades não agrícolas e apenas 2 mencionaram atividades agrícolas. No entanto, todos praticam a agricultura ou criação de pequenos animais, atividades cruciais para a manutenção familiar.

No PDS Virola Jatobá, alguns entrevistados defendem maior flexibilização para a retirada e venda individual de madeira e implementação da pecuária. Outros, predominantemente assentados mais antigos, apoiam a conservação e retirada de madeira a partir do manejo coletivo, e manutenção de normas mais restritivas relacionadas à pecuária. São comuns discursos de ocupantes recentes defendendo o fim da modalidade PDS, preferindo que o mesmo seja convertido em assentamento convencional. Os que defendem esta posição alegam que as normas do PDS dificultam seu trabalho na terra e geração de renda. Atividades com caráter menos sustentável, como a pecuária, passam a ser justificadas, sobretudo, pela estabilidade na geração de renda.

Os entrevistados no PDS Esperança apresentaram a segunda maior renda monetária, equivalente a 23,3% do total, tendo como principal fonte a atividade agropecuária (59,4%), especialmente a criação de bovinos (28,1%) e cultivos perenes e semi-perenes (25,7%), com destaque para o cacaueteiro e a bananeira. As justificativas para estas atividades se destacarem foram associadas a aspectos como facilidade de trabalho, pouca demanda de mão de obra no caso da criação de bovinos, e boa qualidade do solo e facilidade de mercado, no caso do cacaueteiro. A proposta inicial do PDS Esperança, de utilização de no máximo um alqueire (4,8 hectares) para pecuária, foi sendo desrespeitada com o passar dos anos, principalmente por alguns dos novos moradores. O aumento da pecuária no assentamento também se justifica pelo fato de duas glebas incorporadas ao mesmo terem sido implantadas em áreas com pastagens convertidas por fazendeiros, que buscavam o domínio dos lotes, mesmo após a criação do PDS. Nestas áreas os moradores justificam que a criação de gado é mais viável devido à dificuldade de se erradicar a pastagem para utilização agrícola. Nas demais glebas, os entrevistados atribuem o aumento da pecuária à pouca atuação e monitoramento do Incra, no sentido de esclarecer e fiscalizar a aplicação das regras que envolvem um PDS, gerando assim situações conflituosas, a exemplo do que ocorre no outro PDS.

O PA Pilão Poente II foi o assentamento que apresentou maior renda monetária (48,6% do total), sendo que a principal fonte são as atividades agrícolas (60,4%), especialmente a criação de gado (39,6%) e os cultivos perenes (23,9%). Segundo os assentados, o fato de o projeto também ter sido instalado em fazendas, com grandes áreas de pasto e certo grau de desmatamento, contribuiu para a incidência de criação de gado. O assentamento apresenta condições adequadas para a produção cacaueteira, como a alta fertilidade natural do solo. Apesar de deficiências em relação a tecnologias e assistência técnica, a lavoura cacaueteira, ao garantir renda para as famílias, contribui para a fixação das mesmas nos lotes e elevação da qualidade de vida.

Já a renda monetária das famílias entrevistadas no PA Pilão Poente III corresponde a 14,5% do total. A maior parte desta renda provem de atividades não agrícolas (60,8%), e a principal fonte de renda são aposentadorias (32%), seguidas da pecuária (24,2%). Assim como no outro PA, a dinâmica de ocupação no assentamento partiu de uma lógica de produção que incentivou os agricultores a desmatar. No início, devido ao nível tecnológico e falta de infraestrutura, os assentados extraíam renda de seus lotes com a estratégia mais imediata, a retirada e venda da madeira e conversão da terra em pastagem. O assentamento apresentou ainda uma renda considerável proveniente de perenes como o cacaueteiro (11%), devido à qualidade favorável do solo.

Ao analisar comparativamente as duas modalidades, observa-se que as rendas não agrícolas têm maior participação relativa nos PDS do que nos PAs, o que pode estar relacionado à capacidade de investimento dos agricultores, condições do meio biofísico, tempo de permanência da família no assentamento, condições de acesso e locomoção e distância ao centro comercial. Os PDS possuem ainda a influência das regras estabelecidas pelo Plano de Uso, com limitações para pecuária na área de uso alternativo.

Os rendimentos não agrícolas constituem, portanto, estratégia relevante para atenuar restrições. O que mais se destaca é a aposentadoria, principal fonte de renda nos PDS, e terceira nos PAs. A aposentadoria para produtores rurais não representa o abandono da terra e do trabalho. Ao contrário, geralmente as famílias aposentadas adquirem melhores condições para permanecer no campo. Programas governamentais como o Bolsa Família também aparecem na composição da renda em ambas modalidades, em maior porcentagem nos PDS, o que demonstra a maior vulnerabilidade dos que ali residem.

Os gráficos mostram ainda a importância da renda obtida por trabalho remunerado, tanto o trabalho agrícola como o diarista quanto o de funcionário público, que são representativos nas duas modalidades, com maior destaque também para os PDS, principalmente no PDS Virola Jatobá, onde as restrições à criação de gado aliadas aos limites de fertilidade do solo para o cultivo do cacaueteiro têm reduzido a autonomia dos agricultores, obrigando-os a procurar atividades externas.

3.4. Composição do patrimônio familiar nos assentamentos

São sete as categorias de bens e ativos de capital que formam o patrimônio familiar: bens de consumo, bens produtivos, infraestrutura produtiva, rebanho, árvores frutíferas, cultivos perenes e moradia. A Tabela 3 apresenta resultados agregados do valor absoluto e relativo destes componentes no patrimônio familiar. As categorias de maior valor foram, pela ordem, as áreas formadas com cacaueteiros em produção, as edificações das residências, e o rebanho animal. O componente que apresentou resultado menos expressivo foram as árvores frutíferas, seguido dos bens produtivos. Na sequência, são apresentados detalhes para cada componente do patrimônio familiar.

3.4.1. Bens de consumo e bens produtivos

Bens de consumo abrangem o segmento de eletrodomésticos, eletrônicos e veículos de passeio. Bens produtivos incluem máquinas, ferramentas e implementos agrícolas utilizados para gerar produtos ou serviços no lote. Tais componentes permitem avaliar o bem-estar familiar e a utilização de tecnologia produtiva nos estabelecimentos. Os preços utilizados nas estimativas foram informados pelos entrevistados, indagados sobre o preço estimado de 15 bens de consumo¹ e 15 bens produtivos². O valor estimado destes componentes, somados, corresponde a 7,5% do patrimônio total dos entrevistados.

Em todos os assentamentos foi possível observar que valores atribuídos aos bens de consumo foram superiores aos dos bens produtivos. Nota-se, portanto, a baixa utilização de recursos

Tabela 3. Valor estimado do patrimônio para o total de entrevistados, por categoria fonte

Componente de patrimônio	Valor total (R\$)	% do total
Cacaueteiro em produção	3.986.500	46,4
Casa	1.891.710	22,0
Rebanho animal	1.661.353	19,4
Bens de consumo	474.730	5,5
Infraestrutura produtiva	317.684	3,7
Bens produtivos	153.070	1,8
Árvores frutíferas	98.595	1,1
Total	8.583.642	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

tecnológicos, como máquinas e equipamentos, o que dificulta o aumento da produção e geração de renda, já que a adoção desses recursos é fundamental para otimizar e ampliar a capacidade produtiva, com consequente redução de perdas e, principalmente, alcance da autossuficiência.

Percebe-se que alguns bens de consumo são bastante difundidos, como televisão e antena parabólica, presentes em 84% das famílias entrevistadas, fogão (88%) e geladeira (78%). Alguns itens usados para comunicação, informação e lazer são mais frequentes, porém outros ainda são raros. O celular, por exemplo, está presente em 72% dos domicílios, enquanto o computador aparece em apenas 2 (6%). Outros equipamentos domésticos são encontrados com frequência variada, como máquina de lavar (66%) e máquina de costura (34%). Já a frequência de forno de micro-ondas foi de apenas 6%.

Em relação a veículos, 78% das famílias possuem motocicleta (37 motocicletas nas 32 famílias), enquanto 8 famílias possuem automóvel (25%), e apenas 2 possuem caminhão (6%), ambos de pequeno porte. As motocicletas têm sido usadas para deslocamento, transporte de cargas, ferramentas e pessoas, substituindo o uso de animais.

Quanto a equipamentos produtivos utilizados para o trabalho no estabelecimento, foram frequentemente encontradas ferramentas básicas como cavadeira (81%), pulverizador costal (66%), carro de mão (63%) e plantadora manual (50%). Dentre os itens de maior valor, destaca-se a frequência de motosserras (59%), roçadeira a gasolina (47%) e freezer (47%). Conforme mencionado, apenas duas famílias possuem caminhão (6%), e nenhuma possui trator. A falta de caminhões dificulta o transporte e comercialização, feitos na maioria das vezes por meio dos carros de linha particulares que realizam viagens duas vezes por semana, no caso do PA Pilão Poente III e PDS Esperança. No PDS Virola Jatobá, as viagens acontecem somente uma vez por mês, sendo o veículo cedido pela prefeitura municipal, enquanto no PA Pilão Poente II não há esse serviço.

3.4.2. Infraestrutura produtiva

As seguintes edificações e benfeitorias foram verificadas nos estabelecimentos: galpões, curral, estábulo, cerca, açude, tanques de peixes, pocilga e galinheiro. Os mesmos foram avaliados a partir da atribuição de valores proporcionais à sua dimensão, com base em parâmetros obtidos junto a informantes locais³. Esse componente representou cerca de 4% do patrimônio total dos assentamentos.

3.4.3. Rebanho animal

Todas as famílias pesquisadas nos quatro assentamentos possuem animais e aproveitam a produção derivada deste rebanho para suprir suas necessidades nutricionais ou gerar renda. Criar animais pode ainda apoiar a melhoria da fertilidade do solo pelo uso do esterco, e os mesmos podem ser usados como força de trabalho. No entanto, a maioria das famílias apresenta pouca infraestrutura para criações, o que resulta em baixa produtividade.

Os quatro assentamentos contam com um rebanho que representa mais de 19% do patrimônio total. O valor estimado do rebanho utilizou parâmetros obtidos junto a informantes locais⁴ para cada tipo de criação. O rebanho existente nos 32 estabelecimentos totalizou 883 bovinos, 27 equinos, 62 suínos, 1.509 aves e cerca de 5 mil peixes. Das 32 famílias, 17 criam bovinos, 19 criam suínos, 30 criam aves e 5 possuem criação de peixes, enquanto 13 criam equinos. A maioria dos estabelecimentos combina mais de um tipo de criação, com exceção de 5 famílias que criam apenas aves.

3.4.4. Cultivos perenes: cacaueteiro em produção

A cultura do cacaueteiro se sobressai na geração de renda estável para as famílias, sendo que 21 das 32 famílias entrevistadas cultivam cacaueteiros, num total de 79.730 árvores produtivas, cujo valor equivale a 46% do patrimônio total nos assentamentos. Para cada cacaueteiro em produção foi atribuído o valor de R\$ 50,

em consonância com o informado pela Ceplac e utilizado pela empresa Norte Energia para indenizações a agricultores devido a obras e área inundada pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

3.4.5. Árvores frutíferas

Todas as famílias apresentaram uma diversidade considerável de árvores frutíferas. No entanto, durante a pesquisa foi possível constatar que poucos obtêm renda a partir dessas árvores. Apenas a banana, o açaí e o cupuaçu eram comercializados, havendo também uma família que comercializa polpa de frutas. Por outro lado, as frutas fornecidas ao longo do ano contribuem para a alimentação nos domicílios, melhorando a nutrição e, conseqüentemente, a saúde das famílias.

O valor estimado das árvores frutíferas utilizou como parâmetro o preço individual de R\$ 15 por árvore em produção. Trata-se de estimativa sensível, pois os fatores a serem considerados no valor estimado deste tipo de bem são subjetivos. Caso preços de mercado fossem atribuídos às frutas produzidas por cada árvore ao longo de sua vida útil, certamente o montante seria superior. Contudo, tal valor, apesar de aparentemente baixo, é próximo ao utilizado na região pela empresa Norte Energia, para indenizações de agricultores.

3.4.6. Condições da moradia

Foram também estimados os valores das residências dos assentados, por meio de características como a área edificada, o material das paredes, telhado e piso, e o tipo de sanitário. O valor estimado da residência (VR) resultou da adaptação de uma fórmula utilizada por Porro *et al.* (2014), sendo aplicado um fator fixo (R\$250) multiplicado pela área edificada (AE) e pela soma dos índices de cada componente considerado⁵, conforme a Equação 1.

$$\text{Equação 1. } VR = 250 \times AE \times (IP + IT + IPI + IS)$$

Com base neste índice, o valor monetário total dos imóveis dos quatro assentamentos representou 22% do patrimônio total das famílias pesquisadas.

Observou-se que 14 das 32 famílias foram beneficiadas pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), criado por meio da Lei nº 11.977/2009, com a finalidade de possibilitar ao agricultor familiar, trabalhador rural e comunidades tradicionais o acesso à moradia digna, seja construindo uma nova casa ou reformando, ampliando ou concluindo a existente. Dessas moradias, cinco são localizadas nos assentamentos convencionais, e nove situam-se nos PDS. Dos assentamentos pesquisados, apenas o PA Pilão Poente II não apresentou beneficiário do PNHR entre os entrevistados.

As condições de moradia dos assentados mostram que 66% possuem paredes de tijolo e as demais são construídas com madeira extraída na floresta localizada no lote. Foram encontrados três tipos de materiais utilizados para a cobertura das moradias: telhas de cerâmica (63%), telhas tipo Brasilit (34%) e cavacos de madeira (3%). Verificou-se que 56% das casas possuem piso de cerâmica, 28% de cimento e 16% são de barro ou terra batida. Quanto ao tipo de sanitário, 50% das unidades possuem banheiro interno com água corrente, 13% banheiro externo com água corrente, 3% interno sem água corrente, 16% banheiro externo sem água corrente e 19% fossas rústicas. Por fim, quanto ao tamanho das residências, foram encontradas edificações de 26 m² até 360 m². Cerca de um terço das casas (31%) possui área edificada entre 26-50 m², enquanto em 44% esta área é de 51-100 m². Apenas 9% das famílias possuem casas com 101-150 m²; 13% área de 151-200 m², e apenas uma residência possuía área superior a 200 m².

3.5. Análise comparativa do valor do patrimônio nos assentamentos

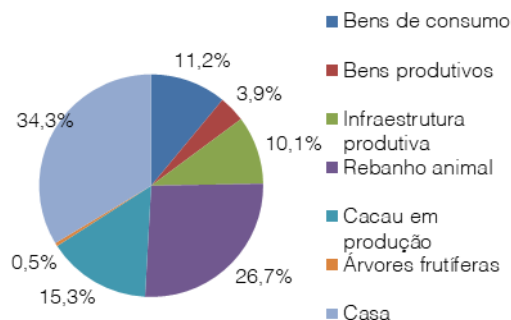
As estatísticas descritivas do valor estimado do patrimônio familiar em cada assentamento são apresentadas na Tabela 4. A exemplo do que foi observado com relação à renda monetária, verifica-se diferença significativa no valor do patrimônio total entre modalidades de assentamento, sendo que nos PAs este é 111% maior que nos PDS. O valor médio do patrimônio domiciliar nos quatro assentamentos é de R\$ 59.116. Assim como

Tabela 4. Estatísticas descritivas para itens que compõem o patrimônio dos assentados, 2018

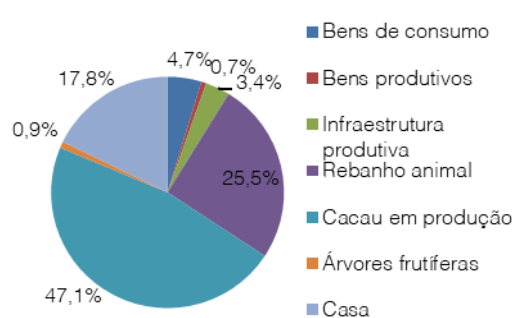
Área	n	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão	Mediana	Soma	%
PA Pilão Poente III	8	44.560	314.866	154.449	90.462	162.512	1.235.596	100
PA Pilão Poente II	8	228.512	1008.570	573.145	277.806	557.317	4.585.162	100
PDS Esperança	8	100.865	396.640	256.440	171037	200.029	2.051.521	100
PDS Virola Jatobá	8	18.248	306.640	88.920	98.261	54.657	711.363	100
Total	32	18.248	1008.570	268.238	252.443	179.934	8.583.642	100

Gráficos 2.1 a 2.7. Composição relativa do patrimônio dos entrevistados.

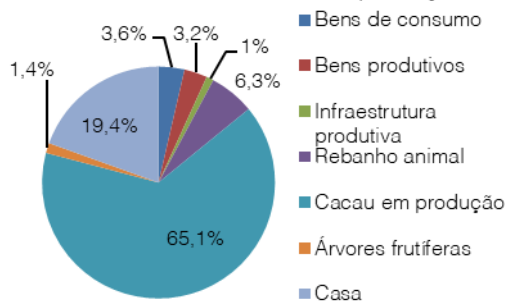
2.1. Patrimônio: PA Pilão Poente III



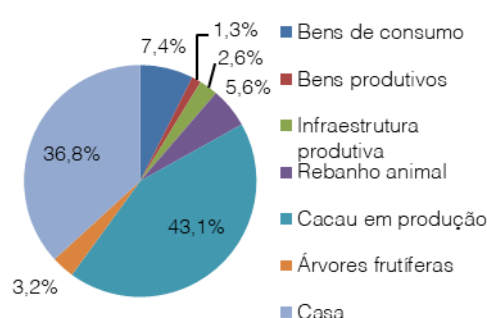
2.2. Patrimônio: PA Pilão Poente II



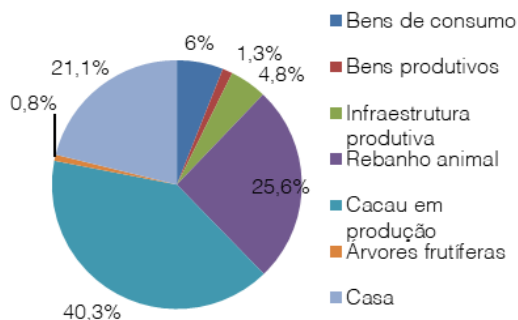
2.3. Patrimônio: PDS Esperança



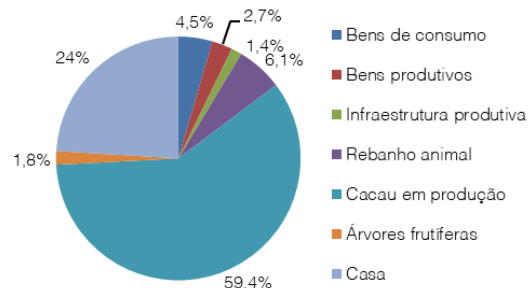
2.4. Patrimônio: PDS Virola Jatobá



2.5. Patrimônio: PA



2.6. Patrimônio: PDS



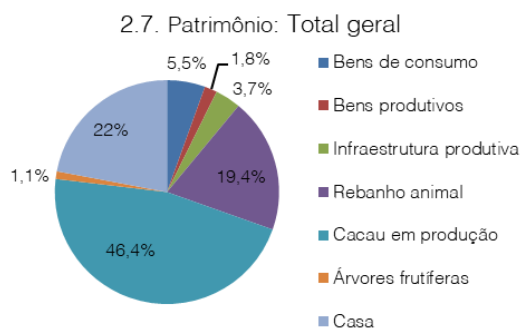
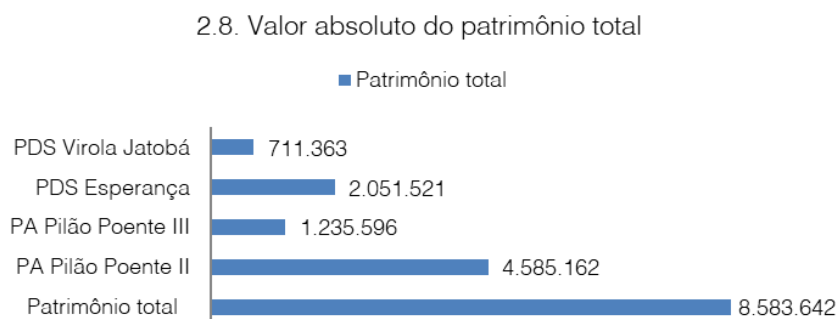


Gráfico 2.8. Valores absolutos do patrimônio familiar dos entrevistados.



foi verificado para a renda monetária, domicílios do PDS Virola Jatobá apresentam o menor valor médio de patrimônio total (R\$ 88.920) seguidos do PA Pilão Poente III (R\$ 154.449), PDS Esperança (R\$ 256.440), e PA Pilão Poente II (R\$ 573.145).

Os Gráficos 2.1 a 2.7 apresentam a participação relativa entre componentes do patrimônio das famílias de cada assentamento, para as duas modalidades, e no agregado das quatro áreas.

O Gráfico 2.8, por sua vez, indica valores absolutos estimados para o patrimônio em cada assentamento e para todas as famílias entrevistadas. O gráfico ratifica que os maiores valores de patrimônio aparecem nos assentamentos convencionais, sendo que o patrimônio no PA Pilão Poente II corresponde a 53% do total. Por outro lado, o menor valor patrimonial foi verificado no PDS Virola Jatobá (8% do total). Na sequência, discutem-se os resultados para cada componente do patrimônio familiar.

3.5.1. Bens de consumo e produtivos

Dentre os quatro assentamentos, o PA Pilão Poente II apresentou maior valor de bens de consumo em relação ao total (45%), enquanto seus bens produtivos representaram 21% do total geral. O PA Pilão Poente III foi o segundo assentamento com maior valor absoluto, tanto de bens de consumo (29%), quanto de bens produtivos (30%). No PDS Esperança o valor dos bens produtivos correspondeu a 43% do montante total, enquanto os bens de consumo representaram 15%. O PDS Virola Jatobá, por sua vez, foi o assentamento com o menor índice em relação tanto a bens de consumo (11%), quanto a bens produtivos (6%).

A estrutura do patrimônio indica, nas duas modalidades, o baixo nível tecnológico em relação a bens produtivos, correspondendo a apenas 1,8% do patrimônio total. Nos PAs a contribuição do componente é um

pouco superior (2,7% do patrimônio total), do que nos PDS (1,3%). No entanto, as duas modalidades ainda são caracterizadas por limitações para o acesso, principalmente, a bens produtivos, pois em ambas foram verificadas, sobretudo, ferramentas de trabalho básicas. Tal indica que as fontes de renda monetária das famílias não são capazes de suprir os recursos necessários para o acesso a novas oportunidades tecnológicas, prejudicando assim a produtividade e, de forma cíclica, a obtenção de recursos para investimentos adicionais.

A dificuldade de acesso ao crédito rural para investimentos e melhorias na infraestrutura produtiva é outro fator bastante citado pelos entrevistados, sendo limitante para o acesso a tecnologias que incrementem a produção. Outro fator a considerar é o tempo de instalação nos estabelecimentos, visto que os PAs foram constituídos cerca de 7 anos antes dos PDS, possibilitando maior tempo de investimento em bens materiais.

3.5.2. Infraestrutura produtiva

O PA Pilão Poente II apresentou o maior valor agregado em infraestrutura produtiva, embora tal corresponda a apenas 3% do patrimônio total do assentamento, tendo sido observadas todas as edificações pesquisadas. No PA Pilão Poente III, o valor da infraestrutura produtiva alcançou 10% do patrimônio total. No PDS Esperança a infraestrutura produtiva representou apenas 1% de seu patrimônio, enquanto no PDS Virola Jatobá correspondeu a 3% do patrimônio total.

Os PAs apresentam maior número de currais e km de cerca, devido ao expressivo rebanho bovino. Nos estabelecimentos voltados a culturas anuais, os investimentos em infraestrutura produtiva são sensivelmente menores, como é o caso no PDS Virola Jatobá. Por outro lado, agricultores que se instalaram em assentamentos mais antigos, há mais tempo investem em infraestrutura, ou adquiriram estabelecimentos nos quais esta infraestrutura já estava presente.

Neste item foi possível identificar que os estabelecimentos dos PDS possuem apenas infraestrutura básica e de baixo custo, como galinheiros e pocilgas, além de uma extensão reduzida de cercas, resultante da menor frequência da criação de bovinos. Importante ressaltar que nos PDS houve famílias que não possuíam nenhum dos itens listados, enquanto nos PAs todas as famílias pesquisadas possuíam ao menos um dos itens. No entanto, o principal entrave mencionado pelos entrevistados é a dificuldade de acesso a políticas públicas que viabilizem recursos para investimento, dificuldade essa que está associada à falta do título definitivo da terra. Tal fato causa impacto direto na vida dos assentados, visto que o não investimento em infraestrutura afeta o aumento na produtividade do trabalho, conseqüentemente da capacidade produtiva e da qualidade de vida, essencial para a permanência das famílias no campo.

3.5.3. Rebanho animal

O rebanho animal alcançou mais de 19% do total do patrimônio dos assentados. O rebanho é mais relevante nos PAs (26% do total), proporção menor apenas do que a das áreas formadas com cacauzeiros produtivos, enquanto nos PDS seu valor estimado representa 6% do patrimônio total. Nos PAs, o valor do patrimônio constituído pelo rebanho, principalmente bovinos, corresponde a 90% do total dos assentamentos.

Entre as famílias entrevistadas, predomina o investimento em rebanho bovino. Nos PAs, 13 famílias entre as pesquisadas estão engajadas na criação de bovinos, contrastando com apenas 4 residentes no PDS, o que em parte se deve aos impasses formais para criação de bovinos na modalidade, onde há restrição para área e número de animais permitidos. O PA Pilão Poente II apresenta rebanho bem superior às outras áreas, sendo que uma única família possui 379 reses. Essa também é a família com maior tempo de residência entre os entrevistados, vivendo no estabelecimento há 36 anos, fator que pode estar associado ao maior investimento.

Com efeito, os PAs apresentam maior número de animais para todos os tipos de rebanho, com exceção dos suínos. O número de famílias engajadas na criação também foi maior nos PAs, pois das 16 famílias entrevistadas, 12 possuem cavalos, 10 criam suínos, 4 criam peixes e todas criam aves. Das 5 famílias que criam peixes, 4 residem nos PAs. Das famílias entrevistadas nos PDS, apenas uma possui cavalo, 9 criam

suínos e 15 criam aves. Constatou-se que criações de suínos, aves e peixes são destinadas principalmente para consumo familiar, sendo que apenas uma das 32 famílias entrevistadas, residente no PA, informou que comercializa suínos. Quatro famílias vendem aves, sendo 3 nos PAs e uma no PDS, ao passo que 2 famílias, ambas nos PAs, comercializam peixe.

Os PDS apresentaram 60% do total de suínos, e 44% do total de aves. Esses dois rebanhos destacam-se devido sua capacidade de adaptação às condições econômicas dos agricultores. Nos PDS, a criação de aves e suínos contribui para a segurança nutricional e alimentar das famílias, adaptando-se, pelo seu baixo custo, às condições locais.

3.5.4. Cultivo do cacaueteiro

O PA Pilão Poente II apresentou maior extensão de plantios de cacaueteiros, com 43.200 pés em produção, representando 47% do patrimônio. Em seguida, no PDS Esperança foram identificados 26.700 pés (65% do patrimônio). Nesse PDS, 7 dos 8 assentados cultivam cacaueteiros, a maior frequência entre os assentamentos. O cultivo do cacaueteiro resultou menos importante no PDS Virola Jatobá, com 6.130 pés, que mesmo assim representaram 43% do patrimônio total, e no PA Pilão Poente III, onde apenas 3 produtores cultivavam 3.700 pés (15% do patrimônio total)⁶. No agregado, os PAs apresentaram maior quantidade de cacaueteiros em produção, e consequentemente, maior valor patrimonial, mesmo com a sub-valorização no PA Pilão Poente III. Ainda assim, a área formada com cacaueteiros não deixa de ser significativa para a composição do patrimônio nos PDS, representando o item de maior contribuição em ambas as áreas.

De fato, o cultivo de cacaueteiro é de grande importância para a fixação das famílias no espaço rural, em função da renda monetária que proporciona. A qualidade do solo nos PAs e no PDS Esperança é fator essencial para o cultivo, devido às manchas de terra roxa. Já no PDS Virola Jatobá, agricultores afirmam que as condições do solo não contribuem para o bom desempenho da lavoura cacaueteira. Outro fator relevante é a capitalização dos produtores, já que além de ser uma cultura mais exigente quanto ao solo, também requer um nível de investimento considerado alto para a sua implementação e manutenção.

3.5.5. Árvores frutíferas em produção

Comparado aos demais itens que compõem o patrimônio das famílias, este foi o componente que apresentou menor diferença entre as modalidades de assentamento, visto que o cultivo destas árvores é comum e ocorre de forma semelhante entre todas as famílias pesquisadas. Os PDS juntos apresentaram valor agregado em relação às árvores frutíferas, correspondendo a 51% do valor total dos quatro assentamentos. Nas unidades familiares pesquisadas foram identificadas 18 espécies de árvores frutíferas em produção, cujo valor foi estimado em 1% de seu patrimônio total. As participações relativas deste item no patrimônio total dos assentamentos variaram de 0,5% no PA Pilão Poente III a 3% no PDS Virola Jatobá.

3.5.6. Edificação da moradia

As edificações representaram um valor estimado patrimonial que corresponde a 22% do total, sendo o segundo item mais relevante para o conjunto dos entrevistados. Nos PAs, este valor representou 21% do patrimônio, sendo constatadas casas com maior área edificada, além de melhor material no piso e melhores condições em relação aos sanitários. Já nos PDS, o valor estimado das residências alcançou 24% do patrimônio total. Neste componente, os PAs também apresentaram maior valor agregado, correspondendo a 65% do valor das habitações.

No geral, os indicadores mostram que as habitações oferecem as condições básicas necessárias para moradia. É importante ressaltar, contudo, que dentre as famílias entrevistadas nos PDS, as que apresentaram residências com melhores condições foram aquelas construídas através do programa PNHR. No entanto, a maior capitalização e maior tempo de moradia das famílias nos PAs resultou que estas apresentaram um maior valor patrimonial para suas moradias.

Cerca de 66% das residências possuem paredes de tijolo. Dessas, 11 estão localizadas em PA e 10 em PDS. As outras residências são construídas com madeira, sendo que 5 são localizadas em PA e 6 em PDS. Das habitações com cobertura de cerâmica, 55% estão localizadas nos PA. Das moradias com cobertura com telhas tipo Brasilit, 55% estão nos PDS, e foi encontrada apenas uma moradia com cobertura de madeira, no PDS Virola Jatobá. Consta-se que, em relação ao piso, as melhores condições são encontradas nos PAs, onde 81% das famílias possuem piso de cerâmica. Já nos PDS, a maioria das moradias dos entrevistados (44%) possuem pisos de cimento.

As maiores residências ocorrem no PA Pilão Poente II, onde 4 das 8 edificações apresentaram tamanho superior a 150 m², e apenas 2 apresentaram tamanho inferior a 50 m². O PDS Esperança apresentou duas casas com tamanho igual ou superior a 100 m² e apenas uma menor que 50 m². As demais casas apresentaram tamanhos médios entre 51-100 m². As residências com menor área edificada foram encontradas no PA Pilão Poente II e PDS Virola Jatobá. No primeiro foram identificadas duas casas entre 26-50 m², 5 com tamanho de 51-100 m² e uma de 101-150 m². Já o PDS Virola Jatobá apresentou mais de 50% das residências pesquisadas (5) com tamanho inferior a 50 m², 2 entre 51-100 m² e apenas uma com área superior a 100 m².

Os dados obtidos indicam, portanto, que o valor estimado do patrimônio das famílias residentes na modalidade PA é consideravelmente maior em todos os componentes estudados. Tais condições contribuem diretamente para a melhor qualidade de vida destas famílias e, como consequência, sua permanência nos lotes. Reflexo disso é a intensa mobilidade espacial das famílias que residem nos PDS, principalmente no Virola Jatobá, verificada pelo processo informal de compra e venda de direitos associados à terra.

4. Considerações finais

A análise da situação econômica dos assentamentos pesquisados indica a diferenciação entre as modalidades de reforma agrária, em especial, por níveis de capitalização e estratégias produtivas. Nos PAs, o nível de capitalização é mais elevado, com atividades produtivas consideradas mais relevantes em relação ao retorno financeiro, como a pecuária e a produção de cacau. Os PDS, além de distintos em relação aos PAs, apresentam ainda diferenças entre si. O PDS Esperança apresenta um nível de capitalização mais elevado em relação ao PDS Virola Jatobá, atribuído principalmente à maior fertilidade de seus solos, sendo possível o cultivo comercial do cacauzeiro, importante produto para a economia da região, enquanto no PDS Virola Jatobá, devido à baixa fertilidade do solo, predominam culturas anuais, que não conferem retorno financeiro considerável aos assentados, que, assim, passam a depender fortemente do trabalho externo e da renda de programas governamentais, causando maior vulnerabilidade e menor capacidade de investimento e dedicação para as atividades no lote. Tal resulta no aumento do índice de desistência e venda de lotes, ocasionando assim maior mobilidade no assentamento, e a entrada de ocupantes com orientação distinta à preconizada pela modalidade de assentamento ambientalmente diferenciada.

Constata-se, por meio da comparação entre PAs e PDS, que as regras de intervenção no desmatamento e a modalidade fundiária não são determinantes na definição de renda e patrimônio dos assentamentos, já que embora tanto o PDS Virola Jatobá como o PDS Esperança sejam sujeitos às mesmas normas, existem diferenças significativas entre eles.

A falta de investimentos estatais em infraestrutura e apoio produtivo têm incrementado o abandono dos lotes por assentados. Verificou-se que devido ao nível de capitalização, a prática é mais frequente em assentamentos ambientalmente diferenciados, corroborando que a modalidade apresenta dificuldades para cumprir sua missão de *promover o desenvolvimento sustentável*, uma vez que, para cumpri-la, seriam necessárias ações continuadas visando a mudança da lógica e práticas produtivas dos assentados, e do relacionamento destes com a natureza. A dificuldade de fixação das famílias nos PDS tende, assim, a contribuir decisivamente para o fracasso desta modalidade, visto que grande parte dos novos ocupantes discorda as regras de uso da terra a ela associadas.

Uma alternativa utilizada pelos assentados é o aumento das atividades não agrícolas, permitindo estabelecer processos de diversificação produtiva e ampliação da renda. Dessa forma, a pluriatividade é tida como estratégia de reprodução social e econômica dos produtores familiares para permanecer no espaço rural. A estrutura da renda bruta total dos 32 domicílios examinados indica dinâmicas geradoras de atividades rurais não agrícolas e da pluriatividade. Assim, nos assentamentos estudados, a diversificação da renda é mais do que um seguro ao risco sempre possível nas atividades agrícolas, sendo estratégia fundamental para a sobrevivência, haja vista, em alguns casos, as limitações de recursos produtivos e fatores de produção.

Para Wanderley (2000), a diversificação das atividades é estratégia adotada pelos agricultores brasileiros e destina-se não só a ampliar o leque de produtos comercializáveis, mas igualmente a garantir o autoconsumo. A diversificação agrícola é considerada, portanto, uma alternativa de renda para os agricultores familiares, pois se o produtor possuir apenas culturas anuais como principal fonte de renda, sempre correrá o risco de perder sua produção devido a agentes externos, como clima, pragas e doenças, além de estar sujeito às oscilações de mercado. A diversificação representa, então, a redução do risco ao produtor, e otimiza as condições para sua sobrevivência.

A venda de mão de obra em atividades externas ao lote, desde que as atividades produtivas continuem gerando renda, pode, portanto, significar o avanço das relações econômicas do entorno e o aproveitamento de oportunidades. Por outro lado, quando o assentado precisa buscar o sustento da família em atividades externas, não conseguindo produzir uma renda mínima por meio do trabalho no próprio lote, tal indica que o projeto de assentamento não atendeu os objetivos para o qual foi criado.

Os dados obtidos neste estudo estão alinhados com o argumentado por Abramovay (2001), para quem a renda não agrícola e as possibilidades de trabalho fora dos estabelecimentos associam-se muito mais à situação de precariedade econômica do grupo familiar do que à ascensão social. O autor ressalta, ainda, que as atividades não agrícolas são decisivas para o desenvolvimento e reprodução das famílias no meio rural. Kageyama (2001), por sua vez, indica que as três principais fontes de renda das famílias rurais são o trabalho agrícola, os trabalhos fora da agricultura e os benefícios sociais, principalmente a aposentadoria. Diversos estudos têm demonstrado que as aposentadorias impactam diretamente na redução da pobreza no meio rural no Brasil, tendo em vista que facilitam a reprodução econômica de uma parcela da população que, em muitos casos, não teria condições de sobreviver dignamente sem a proteção proporcionada pela política social (Schwarzer, 2000; Beltrão et. al, 2000; Aquino & Souza, 2007; Delgado, 2015). Os resultados deste estudo, particularmente em relação ao PDS Virola-Jatobá, ratificam estas considerações.

Com relação à produção florestal, apesar da magnitude da floresta nos assentamentos estudados, seu aproveitamento econômico ainda tem sido pequeno. No entanto, a atividade representa importante potencial de diversificação nos sistemas de produção, principalmente em virtude dos graves impactos ambientais resultando das atividades agropecuárias na Amazônia. Alternativas de uso de produtos florestais podem ser de grande importância para o desenvolvimento de comunidades locais, além de contribuir para a conservação do meio ambiente. No caso específico dos PDS, consta em suas diretrizes a promoção do desenvolvimento em bases sustentáveis, por meio da geração de emprego e renda, promoção e estímulo de parcerias entre comunitários, instituições de pesquisa e empresas e a promoção da utilização e do uso comunitário dos recursos florestais madeireiros e não-madeireiros.

O incremento na produção agropecuária e florestal nos assentamentos demanda, contudo, apoio efetivo para o desenvolvimento tecnológico. Para Buainain et. al. (2014), o grande avanço tecnológico ocorrido nas últimas décadas afetou praticamente todos os setores produtivos, incluindo a agricultura. Tal processo foi particularmente penoso para os pequenos produtores rurais, dada a falta de capital próprio e a dificuldade de acesso ao crédito para que pudessem acompanhar as inovações. O investimento em bens produtivos tende ao aumento da produtividade, redução de custos e o aumento da eficiência da propriedade. Portanto, solucionar este entrave é essencial ao crescimento da produção e conseqüentemente, ao aumento da renda e bem-estar familiar.

Os resultados identificados no estudo sinalizam, portanto, para a necessidade de maior investimento em iniciativas para fomento da produção e na infraestrutura dos assentamentos. Atingir um desenvolvimento sustentável nos projetos de reforma agrária implica em considerar aspectos sociais, econômicos e ambientais. É preciso, portanto, que os órgãos envolvidos estabeleçam ações e políticas públicas que satisfaçam os pré-requisitos econômicos aos quais a reforma agrária procura responder. Assim, a modalidade PDS se depara com diversos desafios, principalmente relacionados à mobilidade dos assentados, meios para geração de renda, e a resistência por parte daqueles que discordam de suas normas e avançam os limites impostos para uso individual.

A modalidade PDS poderia se constituir em proposta efetiva para o desenvolvimento sustentável na Amazônia. No entanto, devido à ruptura que representa frente a práticas há muito utilizadas e justificadas como racionais, apesar de impacto ambiental reconhecidamente negativo e resultado econômico controverso, as transformações inerentes à modalidade demandarão tempo para serem assimiladas e incorporadas no cotidiano dos sujeitos locais.

NOTAS

¹ Bens de consumo: automóvel, motocicleta, TV, antena parabólica, DVD/som, telefone celular, geladeira, fogão a gás, forno de micro-ondas, computador, notebook, máquina de costura, gerador de energia, máquina de lavar, bicicleta.

² Bens produtivos: trator, caminhão, motor diesel / gasolina, motosserra, carroça, canoa ou barco, farinha, forrageira, freezer, carro de mão, pulverizador costal, plantadora manual, roçadeira a gasolina, espingarda, cavadeira.

³ Valores por m² construído: galpão de alvenaria (R\$ 200), galpão de madeira (R\$ 50), curral (R\$ 10), estábulo (R\$ 100), açude (R\$ 100), tanques de peixes (R\$ 3), pocilga (R\$ 25) e galinheiro (R\$ 10). Valor por km de cerca (R\$ 5.000).

⁴ Touro: R\$ 4.000, vaca: R\$ 2.000, garrote: R\$ 2.000, bezerro: R\$ 1.000, novilha: R\$ 1.200; cavalo: R\$ 1.800; suínos adultos: R\$ 500, suínos crias: R\$ 150; galinha: R\$ 35, pintos: R\$ 3, outras aves: R\$ 40, outras aves crias: R\$ 4; peixes: R\$3.

⁵ Índice parede (IP): madeira = 0,5; tijolo = 1. Índice telhado (IT): madeira (cavacos) = 0,5; telhas tipo Brasilit = 0,75; telhas de cerâmica = 1. Índice piso (IPi): barro/terra batida = 0,1; cimento = 0,5; cerâmica = 1. Índice sanitário (IS): fossa rústica = 0,1; externo sem água corrente = 0,5; interno sem água corrente = 0,7; externo com água corrente = 0,8; interno com água corrente.

⁶ É importante ressaltar que neste caso, a escolha dos entrevistados não resultou representativa da realidade local em termos de produção de cacau, pois de acordo com entrevistas posteriores mantidas nos assentamentos, verificou-se que o cultivo do cacau é significativamente maior no PA Pilão Poente III do que no PDS Virola Jatobá, principalmente devido à baixa qualidade do solo neste PDS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abramovay, R. (2000). O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, 4(2), 379-397.
- Abramovay, R. (2001). *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura*. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Aquino, J. R., & Souza, R. C. D. (2007). Impactos socioeconômicos da previdência rural no Brasil: um estudo de caso no município de Encanto/RN. *XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociedade Rural*. Londrina.
- Araújo, F.C. (2006). *Reforma agrária e gestão ambiental: encontros e desencontros*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil.
- Beltrão, K. I., Oliveira, F. E. B. D., & Pinheiro, S. S. (2000). *A população rural e a previdência social no Brasil: uma análise com ênfase nas mudanças constitucionais*. Rio de Janeiro: IPEA. Texto para discussão 759.
- Bergamasco, S. M. P. P. (1997). A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. *Revista Estudos Avançados*, 11(31), 37-49.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. (2003). *II Plano Nacional da Reforma Agrária (II PNRA)*. Brasília: MDA.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Conselho Nacional dos Seringueiros/Ministério do Meio Ambiente. (2000). *Projeto de desenvolvimento Sustentável-PDS*. Brasília: MDA.
- Buainain, A. M., Alves, E. R. D. A., Silveira, J. M. D., & Navarro, Z. (2014). Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. *Revista de Política Agrícola*, 22(2), 114-115.
- Carvalho, S. P., Ferreira, G. A., Marin, J. O. B., Vargas, F., Belo, A. F. C. F., & Mendonça, D. D. C. (2009). Reforma Agrária: a realidade de um assentamento rural. *Campo-território: revista de Geografia Agrária*, 4(8), 67-97.
- De Paula, M. M., Kamimura, Q. P., & Silva, J. L. G. (2014). Mercados institucionais na agricultura familiar: dificuldades e desafios. *Revista de Política Agrícola*, 23(1), 33-43.
- Delgado, G. C. (2015). Previdência social e desenvolvimento rural. In C. Grisa, & S. Schneider (Eds.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Fernandes, B. M. (2008). Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In A. M. Buainain (Ed.). *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil* (pp. 173-224). Campinas: Editora da Unicamp.
- Garcia Jr., A. R. (1983). *Terra de Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Germani, G. I. (2006). Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro. *GeoTextos*, 2(2), 115-147.
- Girardi, E. P., & Fernandes, B. M. (2008). A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a Reforma Agrária conservadora. *Agrária*, nº 8, 73-98.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2017). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária. Produção Agrícola Municipal. Recuperado de [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/66/pam_2017_v44_br_informativo.pdf]. Consultado [10-01-2020].
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2015). Dados de população do Pará no ano de 2010. Recuperado de [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/para/anapu.pdf]. Consultado [10-01-2020].
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010). Dados do Censo 2010 publicados no Diário Oficial da União do dia 04/11/2010. Recuperado de [http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=15>]. Consultado [10-01-2020].
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2004). Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) (2017). Relatórios de Gestão – INCRA/ Sistema de Informações dos Projetos de Reforma Agrária – SIPRA, Superintendência Regional de Santarém SR-30.
- Kageyama, A. (2001). As múltiplas fontes de renda das famílias agrícolas brasileiras. *Agricultura em São Paulo*, 48(2), 57-69.
- Leite, S., Flexor, G., Medeiros, L., Delgado, N. G., & Maluf, R. (2006). *Avaliando a gestão de políticas agrícolas no Brasil: uma ênfase no papel dos policy-makers*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ – CNPq.
- Leite, S., Heredia, B., Medeiros, L., Palmeira, M., & Cintrão, R. (2004). *Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: Editora UNESP.
- Leite, S. (1998). Impactos regionais da reforma agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais. *Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável*. Fortaleza: Governo do Ceará e MEPE/NEAD. Recuperado de [http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=27]. Consultado [10-01-2020].

Le Tourneau, F. M., & Bursztyn, M. (2010). Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. *Ambiente e Sociedade*, 13(1), 111-130.

Martins, J. D. S. (2003). A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. *Tempo Social*, 15(2), 142-175.

Martins, J. D. S. (1981). *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

Piccin, M. B. (2012). Assentamentos rurais e geração de renda: posição social restringida, recursos socioculturais e mercados. *Economia e sociedade*, 21(1), 115-141.

Schwarzer, H. (2000). *Impactos socioeconômicos do sistema de aposentadorias rurais no Brasil: evidências empíricas de um estudo de caso no estado do Pará*. Rio de Janeiro: IPEA. Texto para Discussão 729.

Souza, P. M., Fornazier, A., Ponciano, N. J., & Ney, M. G. (2011). Agricultura familiar versus agricultura não-familiar: uma análise das diferenças nos financiamentos concedidos no período de 1999 a 2009. *Revista Econômica do Nordeste*, 42(1), 105-124.

Sparovek, G. (2003). *A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira*. São Paulo: Ed. Páginas e Letras.

Wanderley, M. N. B. (2000). A valorização da Agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, nº 2, 29-37.